

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A tecedura da fábula do trabalho no Brasil

Haroldo Gomes da Silva¹

Resumo: A história social do trabalho no Brasil narra a aventura de um sujeito, seja o trabalhador ou suas formas de luta e de organização, registra a luta de uma classe (trabalhadora) contra outra (burguesia) e, ao fazer isso, reproduz a noção de que o trabalho é central na sociedade, na política e na vida de todos. Nessa perspectiva não questiona a invenção da ética do trabalho no Brasil como um enunciado que fundamenta a sociedade, que referencia as pessoas num tempo em que tudo é feito para torná-lo raro. Ou seja, a história social, ao urdir os fios que tecem a fábula do trabalho no país acaba proclamando a vitória do capital sobre uma humanidade subjugada de trabalhadores que não são mais, e que não podem ser, outra coisa, quando se trata de quebrar a capacidade do trabalho de homogeneizar tudo o que não é com ele.

Palavras-chave: História – Trabalho – Sindicalismo.

Résumé: L'histoire sociale du travail au Brésil relate l'aventure d'un sujet, à savoir l'ouvrier ou ses formes de combat et d'organisation. Elle enregistre le combat d'une classe (ouvrière) contre une autre (bourgeoisie) et, en faisant cela, elle reproduit la notion qui le travail est au centre de la société, de la politique et de la vie de tous. Dans cette perspective, elle ne met pas en question l'invention éthique du travail au Brésil comme un énoncé qui pose les fondements de la société et donne des points de repère dans une période où tout est fait pour les rendre rares. Ainsi, au moment où l'histoire sociale ourdit les fils qui tissent la fable du travail dans le pays, elle proclame aussi la victoire du capital sur une humanité assujettie d'ouvriers qui ne sont plus, et qui ne peuvent pas être une autre chose, quand il s'agit de briser la capacité de travail et d'homogénéiser tout ce que n'en fait pas partie.

Mots-clés: Histoire – Travail – Syndicalisme.

Gregor Samsa é um personagem kafkiano (*A Metamorfose – 1912*), que certa manhã acorda transformado num inseto monstruoso e amedrontador, de quem todos (família, amigos, colegas de trabalho...) se afastam, deixando-o morrer lentamente. Samsa sofre ao se ver transformado numa coisa horrível, sente a dor da inutilidade e da solidão decorrente, condenado à morte no tempo que passa e corre em velocidade, toma consciência da falsidade de sua própria existência. Naquele fatídico dia da metamorfose, Samsa se pergunta: “— O que me aconteceu?”. Essa é a pergunta que, quem precisa do trabalho para sobreviver, malabarista nesse estreito muro que é o mundo do trabalho atualmente, se faz: “— O que me aconteceu? Em que estou me tornando?”.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O trabalho assalariado está sendo abolido, a economia cada vez menos necessita do trabalho para gerar riquezas. A sociedade do trabalho existe apenas no imaginário das pessoas, conservando na vida e na consciência de cada uma, a sua centralidade. Adere-se com naturalidade ao enunciado de que o trabalho fundamenta a vida e dignifica o homem. As próprias pessoas precisam ser edificadas, construídas. Tudo é trabalho. Ele está por todos os lados. É pelo trabalho que as pessoas sobrevivem. Viver é laborar. Quem não adere a esse estilo de vida é considerado preguiçoso, vagabundo, “sem futuro”, imprestável e é posto à margem da história. Funciona a equação de que para garantir a sobrevivência, o atendimento das necessidades básicas, precisa-se de uma renda mínima e a única forma honesta e digna de dispor desse recurso é pelo trabalho. Renda sem trabalho é indigna salvo quando atende aos inválidos (“improdutivos”) da sociedade salarial: idosos, doentes, deficientes físicos, miseráveis, crianças.

Na historiografia, o tema trabalho tem sido, quase exclusivamente, objeto de estudo da história social. No Brasil, os trabalhos pioneiros em história social do trabalho remontam à década de 60 e foram desenvolvidos por sociólogos, tendo como objeto de estudo, principalmente, a trajetória do movimento operário. Os mais recentes incluem temas diversos: história do movimento operário e o controle social nas fábricas e fora delas, o processo histórico de construção de uma identidade operária, entre outros (CASTRO, 1997:55). Em artigo recente, Negro e Gomes (2006:217), apresentam “a necessidade de uma escrita da história do trabalho não apenas pautada numa classe trabalhadora exclusivamente branca, fabril, de ascendência européia, masculina e urbana”. Os autores criticam uma certa corrente historiográfica brasileira de silenciar “sobre o longo e diversificado processo de formação da classe”, que não questionou a exclusão por meio da qual “não figura o trabalhador escravo, a personagem de três séculos de nossa história” (NEGRO e GOMES, 2006:222). O artigo constrói a idéia de diversificação na constituição da classe trabalhadora brasileira, afirma o propósito de incluir o trabalhador escravo nessa categoria e alargar o espaço de constituição da classe, codificá-lo também como responsável na edificação da moderna sociedade do trabalho, “aquela em que as pessoas são definidas e descritas na sua cidadania pelo trabalho assalariado que possuem” (NEUTZLING, 2005:5). Deve-se, enfim, à história social um conjunto de dados, informações e leituras sobre o trabalho no Brasil, pesquisas de larga importância e significado em nossa historiografia. A contribuição da história social para o entendimento do mundo do trabalho no Brasil é inegável.

No entanto, continua-se não se perguntando como o trabalho foi historicamente construído enquanto um enunciado que fundamenta a sociedade, que referencia as pessoas

num tempo em que tudo é feito para torná-lo raro. Neste artigo, perguntamo-nos: como a história social ajudou a construir a noção de centralidade do trabalho na sociedade brasileira? Como se compôs a fábula do trabalho no Brasil, a partir da grande marcha da “classe trabalhadora” em sua luta contra a “burguesia” e em direção ao “reino da liberdade”?

Em primeiro lugar, narrando a aventura de um sujeito, seja o trabalhador ou suas formas de luta e organização. Na década de 60, quando das primeiras pesquisas em história social do trabalho no Brasil, o esforço se concentrou em compreender as organizações sindicais e formas de mobilização do trabalhador, sua formação e movimento. A história funcionando como um “pano de fundo” que dá sentido à formação de uma instituição: o sindicato; o cenário onde ocorrem todas as lutas, o enquadramento do texto. Abundam as generalizações: proletariado, militante, classe operária, greve, organização sindical, massa. Os trabalhadores, subtraídos em sua individualidade, foram assemelhados a uma massa amorfa, ora definidos pelo seu lugar nas relações de produção ora caracterizados também pela especificidade cultural, pela identidade brasileira. Em ambos os casos, um universal, “classe em si”. Tirante as diferenças de ponto de vista nesse período, a análise se constituiu numa tentativa de compreender o papel do sindicato de trabalhadores, no processo de modernização capitalista brasileiro, enquanto um instrumento de luta seja para reforma seja para revolução.

Nesse momento, o interesse pelo tema advém da importância crescente das organizações sindicais na vida das sociedades industrializadas e do surgimento de novos ramos na “ciência sociológica”, “como a Sociologia Industrial e a Sociologia do Trabalho”. Havia uma preocupação em compreender a formação do proletariado no Brasil e analisar melhor o seu comportamento efetivo, suas aspirações, sua atitude com relação aos sindicatos, aos partidos e ao trabalho. O argumento era de que essa tarefa vinha sendo realizada exclusivamente por militantes e grupos políticos quando as sociedades industriais valorizavam mais o conhecimento científico, tendo necessidade de informações “mais seguras, isentas de deformações ideológicas e de partidarismos” (RODRIGUES, 1966:13). Exigia-se assim um sujeito qualificado para falar do mundo do trabalho, com as ferramentas teóricas e metodológicas apropriadas, sujeito capaz de produzir discursos e fazê-los circular, difundí-los nos ambientes adequados, ritualizá-los e, assim, reproduzi-los e perpetuá-los.

As pesquisas que se desenvolveram no final da década de 70 e década de 80 do século passado, privilegiaram outros objetos. Saiu de cena a classe amorfa, a organização fechada ou a frieza estatística dos números para entrar a preocupação com os indivíduos e com as idéias, com a formação da cidadania, a constituição do povo brasileiro. A crítica aos trabalhos do período inicial se dirigiu, principalmente, à forma como a sociologia ou a

historiografia que abordou o trabalho “representavam” os trabalhadores e sua experiência na história, excluindo desta todos aqueles que não haviam participado de algum movimento ou de alguma organização, daí a preocupação com a vida que existia fora das fábricas; outros estudos se voltaram para a Primeira República na tentativa de compreender a formação da cidadania brasileira, a constituição dos trabalhadores como povo, sua prática e imaginário político, na intenção de assimilar o movimento que se processa na sociedade; outros se debruçaram ainda sobre períodos específicos como o do governo Vargas e as representações que aí nasciam sobre os trabalhadores e sua relação com o Estado, a constituição dos primeiros como atores políticos no Brasil; sem contar os muitos estudos que tentaram aprofundar o conhecimento dos trabalhadores na Primeira República, suas organizações, cultura e movimento. Mudou o objeto; afinal, os valores e perspectivas do historiador são outras, num tempo (final dos anos 70 e anos 80 do século XX) onde o movimento operário está em plena ebulição, quando se saúda a entrada em cena de novos personagens; os pressupostos metodológicos, as rotinas e procedimentos para lidar com o material de pesquisa ganharam em rigor e apuração; novos vestígios ainda não utilizados ou velhos atualizados apareceram, e tudo isso fez mudar o discurso sobre o passado no campo da historiografia do trabalho, construía-se, assim, outra narrativa, mudando-se o personagem principal.

Em segundo lugar, em ambas as abordagens, a fábula é tecida no desenrolar de uma narrativa humanitária, rica em detalhes e apoiada em informações tidas como verídicas, e na naturalização dos objetos. Registra-se uma luta, um embate que tudo determina; a história de um sujeito concreto marcado pelo conflito entre o trabalho (o bem) e o capital (o mal), um duelo entre os que sofrem e os que impingem sofrimento, seres praticados pelo espaço, constituídos pela paisagem da luta, na obsessão de encontrar uma totalidade que tudo abarque, que apreenda o fato social total, um jogo cercado pelos sete lados, uma geometria sem vida como o desenho da *casa de Mané Vaqueiro*: sem portas nem janelas. Nessa história, o historiador cumpre o papel do naturalista a fabular a vida como ela é: os infortúnios dos dominados em sua luta contra os dominadores, num apelo à solidariedade do leitor para com aqueles que sofrem ou à consciência que se quer comum dos dominados ao se constituírem em “classe para si”, num jogo de relações causais que apontam para um mesmo destino, perene e contínuo, uma marcha para além da dispersão do esquecimento. No horizonte, para além do inatingível, uma planta para a construção de um corpo político, uma utopia expressa no desejo de ver a realidade transformar-se para melhor, seja em busca de uma sociedade socialista, seja desejando adaptações na moderna economia capitalista. Uma fabricação de projetos nunca concretizados pela sua incapacidade de aprisionar a sutileza da vida. Um

enredo que reúne os fenômenos ao redor de um único centro, o trabalho, valorizando-o positivamente. Uma tecedura que fez da política um jogo previsível, um conflito de “mocinhos” *versus* “bandidos”, extensão da busca pela racionalização da existência e produtora de uma abordagem generalizante e totalitária, roubando-lhe a alegria espontânea de fundar o radicalmente novo, seu caráter criador e produtivo peculiar à multiplicidade da vida, seu potencial libertário e artístico de “vento que assanha cabeleira, quebra portas e vidraças e derruba prateleiras”. Tecedura que ajudou a produzir militantes sombrios e tristes, ascetas da política, burocratas da revolução e funcionários da verdade.

Nessa perspectiva, a pesquisa histórica focou no desejo de encontrar o passado, o que aconteceu de fato, o historiador farejando em busca das pegadas deixadas pelo homem do trabalho, suas marcas. Na escuridão do passado desconhecido, numa espécie de túnel do tempo, o historiador trabalha incansavelmente com a sua lanterna em busca de vestígios que digam algo. O documento ocupou aí um lugar central, a ele foi alegado o estatuto da prova da veracidade da fala. Sacralizado, repetido e saudado incansavelmente, instituiu-se como o verdadeiro, sem ele não haveria história. Documento quase sempre reconhecido como incompleto, limitado mas, paradoxalmente, verdadeiro. Assim são os dados estatísticos assumidos como insuficientes ou as informações exíguas que serviram de base a um ou outro historiador. Documento que deu conteúdo às formas pré-estabelecidas em pressupostos teóricos e filosóficos que, por sua vez, remetem a uma voz que se repete incansavelmente na história. Busca que quis encontrar a realidade, a origem, a essência exata do que existiu de fato, “sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo” (FOUCAULT, 1979:17). O documento traz à tona o homem do trabalho, aquele que ganha a vida honestamente, mas traz também o “bilontra”, o velhaco, o espertalhão, o tribofeiro, ou mesmo o anarquista revoltado e fora de tempo e lugar no seu radicalismo; discrimina e mostra que o mito da preguiça do brasileiro é uma construção da classe dominante para justificar sua dominação de classe (CHALHOUB, 2001:80). Ou seja, para Chalhoub, o trabalhador brasileiro não seria preguiçoso, estaríamos diante de uma mentira proferida pela classe dominante para fundamentar melhor a dominação que exerce sobre a classe trabalhadora. Reproduzem-se categorias descritivas e significados que afirmam o trabalho como algo dado, natural, inquestionável, onde quem não está com ele é negativado. Discurso doutrinário que repete infatigavelmente: “fora do trabalho não há salvação”.

Entretanto, ainda nos anos 80 do século XX, há quem pesquise a “vasta empresa de moralização” que se constituiu no Brasil nos primórdios da industrialização e que teve

como eixo principal “a formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo; a imposição de uma identidade social ao proletariado emergente, se assim já podemos chamá-lo” (RAGO, 1984:12). Estudando as práticas sociais e políticas que envolvem os trabalhadores do período citado e a resistência destes na vitalidade da ação direta, a autora configura uma outra trama, faz formigar o leitor e quebra com a elaboração positiva da figura do trabalho, mesmo reconhecendo que, para marxistas, socialistas e anarquistas da época o questionamento da ideologia do trabalho não estava na ordem do dia. Rago descreve a aporia de domesticação do operariado que nasce, o desejo do poder de eliminar a diferença, de normalizar o outro: hábitos moralizados, costumes regrados, povo civilizado.

À historiografia, portanto, se apresenta o desafio de fazer emergir, descrever e desconstruir a rede de relações que institui o trabalho como central na sociedade, sua perene permanência como atividade necessária à reprodução da vida dos indivíduos, seu caráter totalitário e purificador. Rede que fixa o não-trabalho na exceção, no anormal e no grotesco, que lhe atribui lugar e lhe estabelece o controle. No trabalho, vive-se a tirania da necessidade. Por sinal, o termo deriva da palavra latina *tripalium*, aparelho de três paus usado para sujeitar os cavalos que não se deixam ferrar, assemelhando-se à tortura, “a necessidade que nenhum homem pode suportar” (ARENDRT, 1993:141). Para Arendt, “nenhuma violência exercida pelo homem, exceto aquela empregada na tortura, pode se igualar a força natural com que as necessidades da vida compelem o homem”. O grito de liberdade dado por Marx no século XIX foi, fundamentalmente, um clamor pela emancipação da necessidade. Urgem outras vertentes narrativas que estilhem a glorificação do trabalho e nos façam cantar no teatro da vida, com Arnaldo Antunes:

*acabou a hora do trabalho
começou o tempo do lazer
você vai ganhar o seu salário
pra fazer o que quiser fazer
o que você gosta e gostaria
de estar fazendo noite e dia
ler, andar, ir ao cinema, brincar com seu neném
e até mesmo trabalhar também
(ANTUNES e DADI, 2004;7)*

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault na historiografia. **Anos 90**, Porto Alegre, v.11, nº 19/20, p. 79-100, 2004.

- _____. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: Vera Portocarrero e Guilherme Castelo Branco. (Org.). **Retratos de Foucault**. 1 ed. Rio de Janeiro: NAU, 2000, v. , p. 117-137.
- ANTUNES, Arnaldo. **Saiba**. Rio de Janeiro: Sony-BMG, 2004.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**.
- DECCA, Maria Auxiliadora G. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Maria Odília da Silva. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Nietzsche, a genealogia e a história, p. 15-37.
- _____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.
- GOMES, Angela Maria Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho – crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.
- HARDMAN, F.F. e LEONARDI, V. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- HARDMAN, Francisco F. **Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- KEITH, Jenkins. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.
- LOBO, Eulália M. L. (org). **Rio de Janeiro operário: natureza do estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1940**.
- NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas – uma história social do trabalho. **Revista Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 217-240.
- NEUTZLING, Inacio. Sociedade do trabalho e sociedade sustentável. Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Cadernos IHU Em Formação – Ano I – Nº 5 – 2005. **A crise da sociedade do trabalho**. p. 5-7.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890/1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. O efeito – Foucault na historiografia brasileira. **Revista Tempo Social**, 7 (1-2): 67-82, outubro de 1995.
- RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1968.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito Industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966.
- SIMÃO, Aziz. **Sindicato e Estado, suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: Dominus, Edusp, 1966.
- SOIHET, Raquel. **Condição feminina e formas de violência**. Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: UNB, 1998.